

Ministro de Lula deixa cargo após divulgação de imagens

General Gonçalves Dias pediu demissão depois de vídeo em que aparece no Planalto em 8 de janeiro sem confrontar golpistas

Na primeira baixa do governo Luiz Inácio Lula da Silva, passados 109 dias da posse, o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), general Marco Edson Gonçalves Dias, pediu demissão ontem após a revelação de imagens do circuito interno de TV do Palácio do Planalto que mostram que ele não confrontou invasores golpistas nos ataques de 8 de janeiro. O pedido foi imediatamente aceito pelo presidente, em reunião de emergência.

Único militar na cúpula do governo, Dias foi orientado a pedir demissão, diante do intenso desgaste gerado. Suas funções já haviam sido esvaziadas pelo presidente. Lula reclamou publicamente de falhas na inteligência da equipe presidencial no episódio, desconfiava de militares da ativa e falava de forma recorrente em suspeita de conivência.

No início da noite, o ministro da Secretaria de Comunicação Social, Paulo Pimenta, confirmou que o secretário-executivo do Ministério da Justiça, Ricardo Capelli, que foi interventor na Segurança Pública do Distrito Federal após os ataques, assumiria interinamente o GSI. A segurança pessoal do presidente já vinha sendo realizada por policiais federais, não mais pelos militares subordinados ao GSI.

Em nota, a Secretaria de Comunicação da Presidência diz que "todos os militares envolvidos no dia 8 de janeiro já estão sendo identificados e investigados". "A violência terrorista que se instalou no dia 8 de janeiro contra os Três Poderes da República alcançou um governo recém-empossado,



Gravações mostram militar no terceiro piso do prédio durante a invasão

portanto, com muitas equipes ainda remanescentes da gestão anterior, inclusive no Gabinete de Segurança Institucional (GSI), que foram afastados nos dias subsequentes ao episódio", diz o texto. Ainda segundo a manifestação, que não cita Dias, já foram ouvidos 81 militares até agora.

Pressão

A pressão que recaiu sobre Dias após a divulgação das imagens foi imediata. Na Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados, até aliados do governo pediram a sua saída.

– Não vejo a menor condição do ministro seguir à frente do GSI – disse Orlando Silva (PCdoB-SP). Antes da confirmação da renúncia, a comissão aprovou a convocação de Dias para que explique o que ocorreu em 8 de janeiro.

Ele havia sido convidado para

audiência que ocorreria ontem, mas cancelou de última hora, alegando "quadro clínico agudo com necessidade de medicação e observação". Segundo o presidente do colegiado, Ubiratan Sanderson (PL-RS), ele tinha confirmado presença às 10h. Com a convocação, ele será obrigado a comparecer.

Entrevista

Em entrevista à TV Globo após a exoneração, Dias disse estar "muito triste" com a situação e alegou que estava no Planalto para retirar os invasores e proteger o terceiro piso do prédio, onde fica o gabinete presidencial. Segundo o ex-ministro, as imagens foram retiradas de contexto.

Dias disse que os militares que aparecem, no vídeo, distribuindo água a invasores, devem ser punidos por "desvio de atitude".

Governo muda estratégia e passa a defender a CPMI

Após a queda do ministro, parlamentares aliados ao governo Lula passaram a defender a criação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) para investigar os atos antidemocráticos.

Até então, o governo tinha expectativa de retirar assinaturas para a abertura da CPMI, por meio da distribuição de cargos e emendas, em razão do receio de que a comissão servisse como palanque para a oposição e atrapalhasse votações consideradas fundamentais para o governo, como a do novo arcabouço fiscal.

O líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), disse que "o fato de hoje (ontem)" mudou a posição do governo.

– Queremos apuração ampla, geral e irrestrita, doe em quem doer. Se o Congresso quiser instalar CPMI, estamos prontos para ajudar – disse.

Protesto

A oposição concentra todos os esforços para que seja feita a leitura do requerimento da CPMI, de autoria do deputado André Fernandes (PL-CE). A estratégia

parte de encontrar uma responsabilização do governo, que supostamente teria conhecimento prévio das manifestações e preferiu não reforçar a segurança do entorno da área dos Três Poderes.

Enquanto o governo tinha expectativa de retirar assinaturas para adiar a sessão do Congresso em que seria feita a leitura, deputados bolsonaristas usaram das comissões para pressionar ministros sobre o 8 de janeiro. Na terça-feira, opositoristas fizeram uma espécie de protesto, puxando palavras de ordem e marcando presença massiva na reunião de líderes do Congresso para reclamar do adiamento.

Ontem, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que está na Inglaterra, disse que o protesto da oposição foi "desproporcional" e que o adiamento da sessão foi algo "corriqueiro".

– A CPI é um direito da minoria. Não cabe a mim decidir. Se forem cumpridos os requisitos (número de assinaturas, fato determinado e orçamento previsto), cabe aos líderes tomar essa decisão. Essa é a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal no caso da CPI da Covid – alegou.

Placar no STF está em 4 a 0

A ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), foi a quarta a votar para receber a denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR) contra bolsonaristas envolvidos nos atos golpistas do dia 8 de janeiro.

O julgamento vai até 24 de abril no plenário virtual do STF. Até as 20h de ontem, o placar era unânime. Além de Cármen Lúcia, os ministros Alexandre de Moraes, Dias Toffoli e Edson Fachin votaram para abrir processos contra os manifestantes. Faltavam os votos de Rosa Weber, Luís Roberto Barroso, Gilmar Mendes, Luiz Fux, André Mendonça e Kassio Nunes Marques.

A tendência é que o STF receba

as denúncias. Os ministros têm defendido publicamente a responsabilização dos envolvidos nos atos golpistas.

Presos

A PGR denunciou mais de 1,3 mil pessoas. Por causa do volume, o STF decidiu reunir as peças em blocos. Neste primeiro julgamento, os ministros analisam cem denúncias. O tribunal decidiu priorizar as acusações contra os manifestantes que ainda estão presos preventivamente.

Ao todo, 294 pessoas (86 mulheres e 208 homens) permanecem no sistema penitenciário do Distrito Federal.

Saiba mais

QUEM É GONÇALVES DIAS

Conhecido como "G. Dias", o general da reserva Marco Edson Gonçalves Dias foi secretário de Segurança da Presidência da República de Lula nos dois governos anteriores e era uma pessoa de confiança do presidente. Também coordenou a Segurança Institucional da então presidente Dilma Rousseff. Natural de Americana (SP), tem 73 anos e ingressou no Exército em 1969.

O QUE MOSTRAM AS IMAGENS

Reveladas ontem pela CNN Brasil, as imagens mostram Dias e outros integrantes do GSI dentro do Palácio do Planalto no dia 8 de janeiro, enquanto ocorria a invasão. No vídeo, Dias aparece circulando pelo terceiro andar do prédio, na antessala do gabinete presidencial. Outros funcionários do gabinete cumprimentam invasores e até oferecem água para eles.

O QUE DISSE O GSI

Em nota, o GSI alegou que as imagens "mostram a atuação dos agentes de segurança que foi, em um primeiro momento, no sentido de evacuar os quarto e terceiro pisos do Palácio do Planalto, concentrando os manifestantes no segundo andar, onde, após aguardar o reforço do pelotão de choque da PM/DF, foi possível realizar a prisão dos mesmos".

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Página: 9